**ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO**

**Redução de Jornada/Redução Salarial - Medida Provisória nº. 936 de 1º de Abril de 2020**

**{{ school["legal\_name”] | upper }}**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°{{ school["cnpj”] }}, com sede em {{ title\_case( school["street”] | lower) }}, nº {{ school["street\_number”] }}, {% if school["unit”] %} {{ title\_case(school["unit”] | lower) }}, {% endif %} bairro {{ title\_case(school["neighborhood”] | lower) }}, CEP {{ school["zip”] }}, na cidade de {{ title\_case(school["city”] | lower) }}/{{ school["state”] }}, doravante denominado simplesmente **EMPREGADOR**; e de outro lado,

{%p for item in workers %}

**{{ item.name.text | upper }}**, {{ item.nationality | lower }}, {{ item.marital\_status | lower}}, inscrito(a) no CPF sob o n.º {{ item.cpf }} e no RG sob o n.º {{ item.rg }}, CTPS nº {{ item.ctps }}**,** Série {{ item.serie }}**,** {% if item.email %}{{ item.email }}, {% endif %}residente e domiciliado(a) no endereço {{ title\_case( item.address.street\_name | lower) }}, n.º {{ item.address.street\_number }}, {% if item.address.unit %}{{ title\_case(item.address.unit | lower) }}, {% endif %}Bairro {{ title\_case(item.address.neighborhood | lower) }}, {{ title\_case(item.address.city | lower) }}/{{ item.address.state }}, CEP {{ item.address.zip }}, doravante denominado(a) **EMPREGADO(A).**

{%p endfor %}

**CONSIDERANDO QUE**

**a)** foi declarado em 30/01/2020 Emergência de Saúde Pública Mundial e, posteriormente, em decorrência do aumento do número de casos de infecção do COVID-19 e disseminação global a Organização Mundial da Saúde entendeu por qualificar a infecção como uma Pandemia Mundial;

**b)** a Portaria nº. 188/GM/MS de 4 de fevereiro de 2020, Declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, bem como foi determinado por outras normas legais, medidas de isolamento social, visando o enfrentamento da Pandemia;

**c)** a Constituição Federativa da República do Brasil, possui como princípio máximo, a preservação da vida humana, seja inerente a integridade física, seja a psíquica, alicerces da dignidade humana e da vida coletiva;

**d)** para atender as determinações dos órgãos competentes, faz-se necessário, **alterar e reduzir proporcionalmente a jornada de trabalho e o salário**, de forma excepcional e temporariamente, a fim de preservação da vida e atendimento aos preceitos e ordenamentos jurídicos emitidos pelas autoridades competentes;

têm entre si, por justo e contratado o presente **ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO**, nas seguintes condições que se regerão de acordo com as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Pelo presente Instrumento, fica acordada entre as Partes, a redução salarial de {{ "%.2f"|format(pc\_reducao) | replace(".",",") }}% ({{ pc\_reducao\_extenso }} por cento) com a correspondente redução da jornada de trabalho do EMPREGADO no mesmo percentual, qual seja, de {{ "%.2f"|format(pc\_reducao) | replace(".",",") }}% ({{ pc\_reducao\_extenso }} por cento).

**Parágrafo Primeiro:** O EMPREGADOR deverá manter os benefícios já concedidos.

**Parágrafo Segundo:** O EMPREGADOR pagará ao EMPREGADO ajuda compensatória mensal, de natureza indenizatória, em decorrência da redução de jornada de trabalho e de salário, no valor de R$ {{ "%.2f"|format(valor) | replace(".",",") }} ({{ valor\_extenso }}). Esta ajuda compensatória não integrará o salário devido pelo EMPREGADOR.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** As Partes estabelecem que o presente Instrumento terá prazo de {{ prazo }} ({{ prazo\_extenso }}) dia(s){% if prazo < 90 %}, podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 90 (noventa) dias e durante a decretação do estado de calamidade pública.

**Parágrafo Primeiro:** O EMPREGADOR poderá prorrogar o prazo estabelecido no “caput”, mediante comunicação ao EMPREGADO, contudo, deverá respeitar o limite estabelecido de 90 (noventa) dias{% endif %}.

**Parágrafo** {% if prazo < 90 %}**Segundo**{% else %}**Primeiro**{% endif %}**:** As Partes acordam que será reestabelecida a jornada de trabalho integral e o respectivo salário pago, no prazo de 2 (dois) dias, quando houver (i) a cessação do estado de calamidade; (ii) o encerramento do prazo estabelecido no “caput” desta cláusula; e, (iii) caso o EMPREGADOR comunique a antecipação do fim do período pactuado.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Fica assegurado ao EMPREGADO a garantia provisória no emprego {% if clausula\_estabilidade == “MP” %}pelo prazo de vigência do presente Instrumento, bem como, pelo período equivalente após o efetivo retorno ao trabalho{% else %}{{ tempo\_garantia\_emprego }}{% endif %}.

**CLÁUSULA QUARTA:** O EMPREGADO concorda, expressamente, que, sobrevindo legislação diferenciada, o EMPREGADOR poderá adotá-la, contudo, deverá comunicar ao EMPREGADO.

**CLÁUSULA QUINTA:** O EMPREGADOR poderá rescindir o contrato de trabalho por justa causa, caso o EMPREGADO, no curso do avençado, deixe de respeitar as cláusulas anteriores.

**CLÁUSULA SEXTA:** As partes ratificam, também neste ato, sem exceção, todos os demais termos e condições constantes do Contrato de Trabalho, que não foram expressamente alterados pelo presente Acordo Individual.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O presente Acordo Individual passa a fazer parte integrante do Contrato de Trabalho a partir da data de sua assinatura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Acordo Individual de Trabalho em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

{{ title\_case(signature\_local | lower) }}, {{ signature\_date }}.

**Empregador:**

### {{ generate\_anchor('signHere', school["email”]) }}

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**{{ school["legal\_name”] }}**

**Empregado(a):**

{%p for item in workers %}

### {{ generate\_anchor('signHere', item.email) }}

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**{{ item.name.text }}**

{%p endfor %}